

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

De acordo com Barreto (2007), a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco político importante para a transição democrática no Brasil, assim como contribuiu, de forma significativa, para a institucionalização dos direitos humanos. Para ele, a mobilização realizada pelas mulheres, com a campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, coordenada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e que promoveu diversos debates em todo o país, trouxe avanços no reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres, e resultou na elaboração da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, que foi entregue ao Congresso Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, por mais de mil mulheres.

Um dos fundamentos que pode ser observado na Constituição de 1988 é a preocupação com a dignidade humana, princípio que pode ser resumido, como foi dito acima, pela sua denominação de Constituição Cidadã.

Como exemplos desta preocupação, podemos citar: o artigo 3º, que aborda a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; o artigo 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, estabelecendo o princípio da igualdade; e o artigo 226, §8º, que visa à proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, estabelecendo a igualdade de direitos e obrigações entre o homem e a mulher, mantendo a família sob proteção do Estado contra a violência praticada no seio de suas relações (BARRETO, 2010). Segundo Barreto (2010), o artigo 226, §8º representou uma grande mudança na legislação brasileira no que diz respeito à violência doméstica que, pela primeira vez, recebeu atenção e tutela constitucional, passando a ser de responsabilidade pública a criação de mecanismos para coibir e erradicar a violência doméstica no Brasil.